



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA**

## **PROJETO DE LEI CM Nº003/2020**

**Dispõe sobre a criação do  
"Programa Jovem Aprendiz" do  
Município de Paranatinga - MT,  
e dá outras providências.**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais, e com fundamento na Lei 10.097/2000, Decreto Lei nº 5.598/2005 e Lei Estadual 10.753/2018; faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir, no município Paranatinga, o Programa Jovem Aprendiz, que visa qualificar e inserir jovens no mercado de trabalho.

**Art. 2º** Fica sob responsabilidade do Poder Executivo Municipal, em convênio com empresas locais, entidades sem fins lucrativos qualificadas em formação técnico-profissional metódica, fornecer assistência ao adolescente e a educação profissional no "Programa Jovem Aprendiz", com a finalidade de preparar, encaminhar, e acompanhar estes jovens, inserindo-os no mercado de trabalho.

**Parágrafo único.** Nas relações jurídicas pertinentes à contratação de aprendizes, será observado o disposto nesta Lei, obedecendo às disposições contidas na Legislação Federal e Estadual vigentes.

**Art. 3º** Os jovens participantes do Programa Jovem Aprendiz deverão ter idade entre 14 (quatorze) a 24 (vinte e quatro) anos incompletos e estarem devidamente matriculados em instituição de ensino fundamental, médio ou superior.

**§ 1º** A idade máxima prevista neste artigo não se aplica aos aprendizes com deficiência.

**§ 2º** A contratação de aprendizes deverá atender, prioritariamente, os adolescentes entre 14 (quatorze) e 18 (dezoito) anos.

**Art. 4º** O público alvo deste programa é formado, preferencialmente, por jovens de classes sociais desfavorecidas e/ou em situação de risco social,



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA**

sendo que serão atendidos, prioritariamente, aqueles que preenchem os seguintes critérios:

I - Ter concluído ou estar cursando, na rede pública municipal ou estadual, o ensino fundamental (regular, supletivo ou especial) ou ser bolsista integral da rede privada de ensino fundamental;

II - Ter renda familiar "per capita" de até 2 (dois) salários-mínimos ou comprovar o estado de carência, mediante inscrição própria ou de um membro da família da mesma residência no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, ou outro meio de comprovação legal;

III - Não manter qualquer tipo de vínculo empregatício ou de prestação de serviço formal;

IV - Ser residente no município de Paranatinga.

§ 1º O jovem inserido no mercado de trabalho através deste programa, firmará contrato por prazo determinado, com período máximo de 2 (dois) anos, improrrogáveis, nos termos do artigo 428 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

§ 2º O limite máximo previsto no parágrafo anterior não se aplica ao aprendiz com deficiência.

§ 3º A seleção de aprendizes pelas entidades qualificadas em formação técnico-profissional, bem como as empresas locais, levará em consideração os conhecimentos mínimos necessários para o desempenho das ocupações definidas nos programas de aprendizagem, além de adotar critérios baseados nos aspectos socioeconômicos e culturais, com mecanismos que garantam a participação majoritária de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Art. 5º Dentre os jovens que atendam aos critérios descritos no artigo anterior, terão prioridade aqueles que se encontrem em uma das seguintes condições:

I - Tenham filhos;



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA**

II - Sejam pessoas com deficiência, observado o grau de dificuldade e compatibilidade para o exercício das atividades de aprendizagem.

**Art. 6º** São atribuições gerais do município de Paranatinga quanto a "qualificação" dos jovens aprendizes:

I - Disponibilizar a infraestrutura física e material dos ambientes de ensino;

II - Disponibilizar profissionais habilitados para apoiar as ações, tais como: professores, assistente social, orientador educacional, pedagogo, psicólogo e outro que se fizer necessário para o projeto;

III - Remunerar os profissionais;

IV - Providenciar alimentação e transporte para os alunos, quando necessário;

V - Efetuar a contratação de entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, caso necessário, nos termos desta Lei, observando a legislação que rege as licitações e contratos administrativos.

**Art. 7º** São atribuições gerais do Poder Executivo Municipal:

I - Acompanhar o desenvolvimento do "Programa Jovem Aprendiz" se responsabilizando por:

a) Divulgar e cadastrar adolescentes para participarem do "Programa Jovem Aprendiz";

b) Selecionar os adolescentes, segundo os critérios definidos nesta Lei;

c) Participar da avaliação conjunta de resultados, colaborando no processo de análise crítica, contribuindo para a identificação de oportunidades de melhoria;

d) Estabelecer parcerias, por meio de convênios, com as empresas estabelecidas no município, viabilizando vagas para que estes firmem contrato de trabalho com os jovens aprendizes.

**Art. 8º** São atribuições das Entidades sem fins lucrativos, cadastradas junto do Ministério do Trabalho e Emprego, que possuam aptidão para ministrar cursos de formação técnico-profissional metódica:



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA**

- I - Realizar acompanhamento pedagógico;
- II - Disponibilizar material didático aos participantes do curso;
- III - Realizar a capacitação metodológica dos docentes;
- IV - Participar da avaliação conjunta de resultados, colaborando no processo de análise crítica contribuindo para a identificação de oportunidades de melhoria;
- V - Emitir certificados aos concluintes dos cursos;
- VI - Fornecer os cursos de aprendizagem em carga horária suficiente para a qualificação profissional do aprendiz.

**Art. 9º** Para acompanhamento do programa deverá ser comprovado mensalmente, no mínimo 85% (oitenta e cinco por cento) de frequência dos jovens no curso, bem como o aproveitamento individual (nota) de cada aluno de no mínimo 60% (sessenta por cento).

**Art. 10** A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de pessoa jurídica devidamente qualificada em formação técnico-profissional metódica.

**Art. 11** Entende-se por formação técnico-profissional metódica para os efeitos do contrato de aprendizagem as atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho.

**Parágrafo único.** A formação técnico-profissional metódica de que trata o caput deste artigo realiza-se por programas de aprendizagem organizados e desenvolvidos sob a orientação e responsabilidade das pessoas jurídicas devidamente qualificadas em formação técnico-profissional metódica definida nesta Lei.



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA**

**Art. 12** A formação técnico-profissional do aprendiz obedecerá aos seguintes princípios:

- I - Garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino fundamental;
- II - Horário especial para o exercício das atividades;
- III - Capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

Parágrafo único. Ao aprendiz com idade inferior a 18 (dezoito) anos é assegurado o respeito à sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, vedada a exposição a ambientes insalubres, perigosos ou que prejudiquem seu desenvolvimento físico, moral e psicológico.

**Art. 13** Consideram-se pessoas jurídicas qualificadas em formação técnico-profissional metódica:

I - Entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a sua educação profissional, devidamente inscritas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), bem como seus programas devidamente nele registrados.

**a)** Instituto Vidas em Ação – Entidade sem fins lucrativos

II - Os Serviços Nacionais de Aprendizagem, assim identificados:

- a) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);
- b) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC);
- c) Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR);
- d) Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT);
- e) Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP);

III - as escolas técnicas de educação, inclusive agro técnicas;

Parágrafo único. As Pessoas Jurídicas mencionadas nos incisos expressos no "caput" deste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados.



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA**

**Art. 14** Para a definição das funções que demandem formação profissional, deverá ser considerada pela Administração Pública Municipal a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Parágrafo único. Ficam excluídas da definição do "caput" deste artigo as funções que demandem, para o seu exercício, habilitação profissional de nível técnico ou superior, ou, ainda, as funções que estejam caracterizadas como cargos de direção, de gerência ou de confiança, nos termos do inciso II e do parágrafo único do artigo 62 e do § 2º do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho.

**Art. 15** É expressamente proibida a realização de trabalhos insalubres ou perigosos, ou aquelas incompatíveis com a idade do menor.

**Art. 16** O Poder Executivo Municipal poderá empregar e matricular nos cursos oferecidos pelas Pessoas Jurídicas de que trata o artigo 13, desde que as funções demandem formação profissional.

**Art. 17** A contratação do aprendiz deverá ser efetivada pela Administração Pública Municipal, bem como, pelas Pessoas Jurídicas que prestam serviços terceirizados ao município de Paranatinga, na administração direta e indireta, compreendendo as autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações.

§ 1º Na hipótese de contratação de aprendiz diretamente pela Administração Pública Municipal, esta assumirá a condição de empregador, devendo inscrever o aprendiz em programa de aprendizagem.

§ 2º Quando o vínculo empregatício do aprendiz se der com a entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica que ministre o curso de aprendizagem, esta deverá proceder ao registro e à assinatura da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS.

§ 3º A contratação de aprendiz por intermédio de empresas locais, somente deverá ser formalizada após a celebração de Convênio, ou outro instrumento semelhante, com a Administração Pública Municipal, respeitadas as disposições das Legislações Federal e Estadual, no qual, dentre outras obrigações recíprocas, se estabelecerá as seguintes:



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA**

I - A empresa, simultaneamente ao desenvolvimento do programa de aprendizagem, pode assumir a condição de empregador, com todos os ônus dela decorrentes, assinando a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do aprendiz e anotando, no espaço destinado às anotações gerais, a informação de que o contrato de trabalho decorre de instrumento específico firmado com a administração pública municipal.

II - A Administração Pública municipal proporcionará ao aprendiz a experiência prática para formação técnico-profissional metódica a que este será submetido.

**Art. 18** Para a consecução dos objetivos do programa de que trata a presente Lei fica o Poder Executivo autorizado, desde já, a firmar convênios ou instrumentos congêneres respeitados as disposições das legislações federal e estadual.

**Art. 19** Ao aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo nacional, conforme Lei nº 10.097/2000.

**Art. 20** O aprendiz será desvinculado do programa no seu termo ou quando o aprendiz completar 24 (vinte e quatro) anos, exceto na hipótese de aprendiz com deficiência, ou, ainda, antecipadamente, nas seguintes hipóteses:

I - Constituição de vínculo empregatício ou de exercício de qualquer atividade remunerada;

II - Falta disciplinar grave;

III - Frequência escolar inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) ao mês, sem justificativa;

IV - Frequência no programa inferior a 85% (oitenta e cinco por cento), sem justificativa;

V - Desligamento espontâneo a pedido do aprendiz;

VI - Desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz.



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA**

Art. 21 Para efeito das hipóteses descritas nos incisos do "caput" do artigo anterior desta Lei serão observadas as seguintes disposições:

I - O desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz referente às atividades do programa de aprendizagem será caracterizado mediante laudo ou relatório detalhado e fundamentado de avaliação elaborado pela pessoa jurídica qualificada em formação técnico-profissional metódica;

II - A falta disciplinar grave caracteriza-se por quaisquer das hipóteses descritas no artigo 482 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT;

III - A ausência injustificada à escola será caracterizada por meio de declaração da instituição de ensino.

Art. 22 Para cumprimento do disposto nesta Lei, a fim de garantir à implementação do "Programa Jovem Aprendiz", as despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias previstas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 23 A presente Lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 24 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 25 Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Câmara Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 27 de novembro de 2019.

Cícero Pereira Filho  
Presidente da Câmara Municipal